

INVESTIMENTOS ESCRAVOS NA BANCARROTA DAS CASAS BANCÁRIAS CARIOCAS EM 1864

Thiago Alvarenga de Oliveira¹

Resumo:

O ano de 1864 é marcado por uma das maiores crises financeiras da história do Império do Brasil. A crise financeira ocorrida na corte foi sentida em grande parte do território nacional, uma vez que causou abalos na estrutura financeira do país concentrada na praça comercial do Rio de Janeiro, assim como em províncias que comunicavam diretamente com o porto carioca e dependiam dos bancos credores do Rio. A *Crise do Souto*, como ficou conhecida pela falência de uma das maiores casas bancárias do Rio de Janeiro – *A.J. Alves Souto*, é um dos temas de maior estudo no que se refere a conjunturas de crise na história econômica do Brasil, entretanto são poucas as contribuições de trabalhos que discorrem sobre os pequenos credores afetados por essa crise. Entre os clientes das casas bancárias afetadas por tal bancarrota encontram-se os *grandes credores* representados por bancos, companhias, irmandades, barões, viscondes, entre outros, enquanto que a grande massa de credores é composta por *pequenos credores* representados por pequenos comerciantes, trabalhadores livres, assim como *escravos*. Destarte, através das listas nominativas dos clientes publicadas nos periódicos da capital brasileira após as falências, analisaremos a participação dos investimentos dos escravos presentes nessas casas bancárias.

Palavras-chave: Escravos, Economia, Crise do Souto, século XIX.

Abstract:

The year of 1864 is marked by one of the biggest financial crisis in Brasil's empire history. The financial crisis in court was felt in many parts of the country as it caused upheavals in the financial structure in commercial center of Rio de Janeiro, especially in provinces that communicated directly with the Rio de Janeiro's port and depended on the creditor banks of the city. *The Souto crisis*, as it became known by the bankruptcy of the biggest banking house of Rio de Janeiro – *A.J. Alves Souto*, is widely studied among issues related to financial crisis in the Brazilian economic history, but few papers discuss the small creditors affected by this crisis. Among the customers of the banking houses affected by the bankruptcy are the *major creditors* represented by banks, companies, sororities, barons, viscounts, etc., while the great mass of creditors consists of small creditors represented by traders and free workers as well as *slaves*. Thus, through the lists of customers published in the Brazilian capital after the bankruptcies, we will analyze the participation of slaves' investments in these banking houses.

Keywords: Slaves, Economic, Souto crisis, Nineteenth Century.

¹ Aluno de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal Fluminense, Niterói – Rio de Janeiro, Brasil. Orientado pelo Prof. Dr. Luiz Fernando Saraiva.

Introdução

O presente artigo pretende analisar os impactos da crise de 1864, conhecida como a *Crise do Souto*, na população carioca, especificamente nos escravos urbanos. Não buscaremos tratar somente dos reflexos na vida desses escravos, como aumentos dos preços, mas também analisar a participação dos investimentos dos escravos nessas casas bancárias em falência.

Para isso utilizaremos as listas nominais com valores em contas dos clientes das três maiores casas bancárias do Rio de Janeiro em falência – *A.J. Souto, Montenegro Lima & Co.* e *Gomes & Filhos*. Dentre esses clientes, encontramos evidências de escravos que possuíam valores significativos em relação aos pequenos credores que faziam a maior parte dos clientes dessas casas bancárias.

Portanto, este artigo se divide em 4 (quatro) partes: além desta introdução, a segunda parte busca apenas localizar o leitor no contexto da *Crise do Souto* em 1864; por sua vez, a terceira parte trata a respeito dos reflexos da crise financeira de 1864 no cotidiano dos escravos, tratando acerca do custo de vida, mercado de trabalho, assim como na renda mensal dos cativos. A quarta parte, o grosso do trabalho, analisa os investimentos existentes nas casas bancárias em falência através da amostra da listagem de contas publicados nos periódicos da época, colocando em voga a participação dos investimentos dos escravos. Por fim, a última parte aponta considerações finais superficiais, uma vez que o trabalho é uma análise parcial.

Contexto Geral da Crise de 1864

O ano de 1864 é marcado por uma das maiores crises financeiras da história do Brasil pré-republicano. A crise financeira ocorrida na corte foi sentida em grande parte do território nacional, principalmente em províncias que comunicavam diretamente com o porto carioca e dependiam dos bancos credores, uma vez que causou abalos na estrutura financeira do país concentrada na praça comercial do Rio de Janeiro.² A crise ocorrida em setembro de 1864, conhecida como *Crise do Souto* pela falência de uma das maiores casas bancárias do Rio de Janeiro – *A.J Alves Souto*, é um tema bastante estudado no que na historiográfica econômica brasileira do século XIX, dessa forma,

² ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Pedir e emprestar: o mercado do crédito em uma comunidade cafeeira*. Cedeplar-UFMG. XIV Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina, 2010. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A067.pdf . Acessado em 01/07/2015. p. 6.

não pretendemos discutir afincos os motivos e consequências gerais dessa crise, mas sim nos ater aos investimentos³ dos escravos nessas casas bancárias.⁴

Os fatores que convergiram na *Crise do Souto* se originam no final da década de 1850 e nos primeiros anos da década de 1860, dentre eles podemos destacar: os reflexos da recessão econômica a partir da conjuntura de crise em âmbito internacional no 1857, a política restritiva do crédito por parte do governo como forma de tentar organizar a criação de bancos⁵, a vitória da política metalista com a promulgação da Lei dos Entraves em 1860, pela qual os bancos ficavam proibidos de emitir vales bancários se não mostrassem capazes de reembolsar tais valores em ouro⁶, a presença da concorrência dos bancos estrangeiros, em especial dos bancos ingleses⁷, a diminuição da exportação de café a partir de 1861, devido principalmente à eclosão da Guerra Civil nos Estados Unidos da América⁸ e, por fim, a eclosão da Guerra do Paraguai no final de 1864, a qual aumenta o orçamento do governo para o financiamento da guerra, dificultando ainda mais a concepção de medidas para a recuperação da economia pós-crise.

Dessa forma, tais fatores, citados anteriormente, entre outros, convergiram na liquidação da casa bancária A.J. Souto, a qual movimentava recursos superiores a 8.000 (oito mil) contos de réis. A falência da A.J. Souto e, portanto, o início da falência das casas bancárias em efeito em cadeia, ocorreu no dia 10 de setembro de 1864, quando a casa bancária A.J. Souto, numa tentativa de ampliar o crédito junto ao Banco do

³ Tratamos o termo “investimento” como o ato de dedicar valor a um estabelecimento financeiro, seja na compra de ações ou em depósitos.

⁴ Para trabalhos que tratam os antecedentes e consequências da crise de 1864, ver: VILLELLA, André. “Tempos Difíceis: Reações às Crises de 1857 e 1864 No Brasil.” In *Anais Do III Congresso Brasileiro de História Econômica*. 1999. Rio de Janeiro: FGV. Disponível em <http://www.abphe.org.br/congresso1999/Textos/ANDRE.pdf>. SOUZA, Silvia Cristina Martins de. 2014. “Crise! Crise! Crise! A Quebra da Casa Souto nas Letras de Lundus Compostos no Rio de Janeiro na Segunda Metade do Século XIX.” *Topoi - Revista de História* 15 (29): 588–611. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X015029008>. SAÉZ, Hernán. “O 11 de Setembro de 1864 da Praça Carioca: a Crise do Souto e a transformação da Política Econômica Brasileira.” In: *Anais Do XXX Encontro Da APHES*. 2010. Lisboa. Disponível em <http://www.iseg.utl.pt/aphes30/docs/progdocs/HERNAN%20SAEZ.pdf>. GAMBI, Tiago. “Projetos Políticos e Crises Econômicas: Análise do Caso do Banco do Brasil na Crise Bancária de 1864.” In: *VI Encontro de Pós-Graduação Em História Econômica. São Paulo*. 2012. Disponível em http://cihe.fflch.usp.br/sites/cihe.fflch.usp.br/files/Thiago%20Gambi_0.pdf.

⁵ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial: os casos da Sociedade Bancária Mauá, Macgregor & Co. (1854-1866) e da Firma Inglesa Samuel Phillips & Co. (1808-1840)*. São Paulo: Alameda, 2012. P. 197.

⁶ *Ibidem*, p. 198 e LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. P. 80-81.p. 72-73. Para a íntegra da Lei dos Entraves, ver: BRASIL, Lei nº 1.083 de 22 de agosto de 1860. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM1083.htm. Acessado em 01/07/2015.

⁷ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Op.cit.* P. 202 e LEVY, Maria Bárbara. *Op.cit.* P. 80-81.

⁸ LEVY, Maria Bárbara. *Op.cit.* p. 68.

Brasil para manter-se na ativa, teve a proposta recusada, pois sua dívida já excedia o valor de 20.000 contos de réis.⁹ A recusa do Banco do Brasil é justificada pela impossibilidade de ampliar o limite de emissão por parte do banco nacional. Essa ampliação era mediada pelo governo imperial e já havia sido feita anteriormente, o que, de certa maneira, havia preparado o terreno para crise.¹⁰

Os dias precedentes ao 10 de setembro não demonstravam qualquer sinal de crise. O comércio seguia seu curso na praça comercial do Rio de Janeiro, os bancos operavam suas movimentações usuais, o Banco do Brasil, especificamente, tinha folga em sua emissão, assim como a própria diretoria deste banco pretendia baixar as taxas de desconto.¹¹ Num depoimento do relator da comissão de inquérito da crise de 1864, é possível verificar o momento de calma que viviam a poucos dias da crise:

A ordem e tranqüilidade pública continuavam inalteradas, como nos anos anteriores, o céu político e comercial se mostrava como nos mais belos dias de uma risonha primavera, nenhuma nuvem carregada o encobria ou manchava. As câmaras iam se encerrar; todas as coisas pareciam seguir via pacífica e ordinária. O aspecto dos negócios comerciais, se não brilhante, era satisfatório.¹²

Entretanto, logo pela manhã do dia 10 de setembro de 1864, José Antônio Alves de Souto suspende as atividades de sua casa bancária. A notícia correu com o vento e se espalhou pela cidade. No mesmo dia, já se acumulava uma multidão de pessoas na Rua Direita, demandando a retirada de investimentos e descontar suas letras. Os dias subsequentes ao anúncio de falência da A.J. Souto são cruciais para entender o tamanho do abalo que sofreria a rede financeira carioca de casas bancárias. A notícia da falência da casa A.J. Souto se espalhou nos diversos impressos da época, os quais alarmavam a população sobre as consequências do fechamento. Tomados pelo pânico, os investidores correram aos bancos para retirarem suas economias das demais casas bancárias, alastrando assim a crise. Uma vez que a maioria delas não suportou a grande pressão de saques, tiveram que suspender os pagamentos, aumentando ainda mais a desconfiança e o temor.

⁹ SAÉZ, Hernán. *Op.cit.* p. 14.

¹⁰ GAMBI, Tiago. "Projetos Políticos e Crises Econômicas: Análise do Caso do Banco do Brasil na Crise Bancária de 1864." In: *VI Encontro de Pós-Graduação Em História Econômica. São Paulo. 2012.* Disponível em http://cihe.ffe.usp.br/sites/cihe.ffe.usp.br/files/Thiago%20Gambi_0.pdf. P.6.

¹¹ *Ibidem*, p.7.

¹² *Ibidem*, p.12.

Por estarem interligadas, através de créditos triangulares, financiamentos e outros tipos de acordos, assim como a grande vazão de dinheiro devido a corrida por saques, outras grandes casas bancárias decretaram falência em sequência: Montenegro Lima&Co., Gomes & Filhos, Bello& Oliveira. Essas casas bancárias, somadas a A.J. Souto, possivelmente perderam 54.000 (cinquenta e quatro mil) a 70.000 (setenta mil) contos de réis. Mesmo que parte desse capital tenha sido recuperado posteriormente por seus clientes, as notícias de falências das maiores casas bancárias do Rio de Janeiro trouxeram insegurança e também grandes prejuízos financeiros para seus investidores, os quais eram múltiplos e diversos, compondo entre eles grandes bancos como o Banco do Brasil até escravos. É sobre a perda dos investimentos desses escravos que dedicaremos as páginas a seguir.

Os efeitos da crise na vida econômica dos escravos

Visto isso, não pretendemos nos alongar nos efeitos da crise na economia nacional, pois não é o que nos compete nesse trabalho, mas sim sobre as pessoas, em especial os escravos que investiram nas casas bancárias na corte e, no momento da quebradeira, viviam a preocupante situação de não conseguir reaver suas economias.

Crise! Crise! Crise! Tal foi o grito angustioso que se ouviu, durante a semana passada, de todos os peitos da população e de todos os ângulos da cidade. A fisionomia da população exprimiu sucessivamente o espanto, o terror, o desespero, - conforme cresciam as dificuldades e demorava-se o remédio. Era triste o espetáculo: a praça em apatia, as ruas atulhadas de povo, - polícia pedestre a fazer sentinela, polícia equestre a fazer correrias, - vales a entrarem, dinheiro a sair, - vinte boatos por dia, vinte desmentidos por noite, - ilusões de manhã, decepções à tarde, - enfim uma situação tão impossível de descrever como difícil de suportar, - tal foi o espetáculo que se apresentou no Rio de Janeiro durante a semana passada”¹³

Assim foi o testemunho de Machado de Assis, escritor e jornalista no *Diário do Rio de Janeiro* poucos dias posteriores a falência da A.J. Souto, anunciando o espetáculo de pavor que assistia nas ruas da cidade, onde tudo se anunciava e nada se confirmava, de tal forma que uma verdadeira desconfiança pairava sob a população. O pânico gerado sobre a população carioca não pode ser contido, aqueles que possuíam negócios no sistema financeiro correram até as portas de suas agências para garantir

¹³ ASSIS, Machado, *Diário do Rio de Janeiro*. 19/09/1864apud ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Op.cit.* p.6-7.

seus valores. É razoável supor que os cativos urbanos cariocas também acompanharam esse movimento.

Vale ressaltar a quantidade de escravos no centro urbano da Corte. Embora o tráfico transatlântico de escravos africanos tenha sido extinto há 14 (catorze) anos no Brasil, a escravidão continuava entranhada no cotidiano das pessoas como nunca e não havia um horizonte próximo para seu fim. Em termos demográficos, temos dois recenseamentos feitos na segunda metade do século XIX: o recenseamento da corte em 1849 e o recenseamento geral de 1872. Por isso, torna-se complicado estimar a população cativa na cidade do Rio de Janeiro no ano da Crise do Souto.

Em 1849, na cidade do Rio de Janeiro, viviam cerca de 156.000 (cento e cinquenta e seis mil) pessoas livres e 110.000 (cento e dez mil) pessoas escravizadas.¹⁴ Isso significa dizer que aproximadamente 40% das pessoas do município do Rio de Janeiro eram escravos, enquanto que dessas 266.000 (duzentos e sessenta e seis mil) pessoas que viviam na cidade em meados do século XIX, Manoel Florentino calcula que 74.000 (setenta e quatro mil) eram africanos, sendo estes livres ou não.¹⁵ Entretanto uma década mais tarde, o efeito da abolição do tráfico transatlântico de escravos já era sentido pelos transeuntes na cidade carioca

Em 1860, portanto, dez anos após o fim do tráfico, o contemporâneo Sebastião Ferreira Soares ao se referir aos “transportes e outros misteres do tráfico e labutação da capital”, que outrora despendiam-se grande número de escravos de ganho, já eram realizadas, em grande parte, por trabalhadores livres e podia-se ver muito bem um “menor número de escravos obstruindo as ruas”.¹⁶

Enquanto que em 1872, pelos dados oficiais do censo realizado pelo governo, a população de livres aumentou consideravelmente para 226.033 (duzentos e vinte seis mil e trinta e três), ou seja, um crescimento na margem de 44%, enquanto que a população cativa decresceu para 48.939, isto é, uma queda brusca de aproximadamente 55%.¹⁷ Essa queda confirma a visão do contemporâneo ao reportar o “*menor número de*

¹⁴ LOBO, Roberto Haddock. *Reflexões acerca da mortalidade da cidade do Rio de Janeiro em todo o ano de 1847*. Rio de Janeiro, Typ. Imp. 1848. p.16

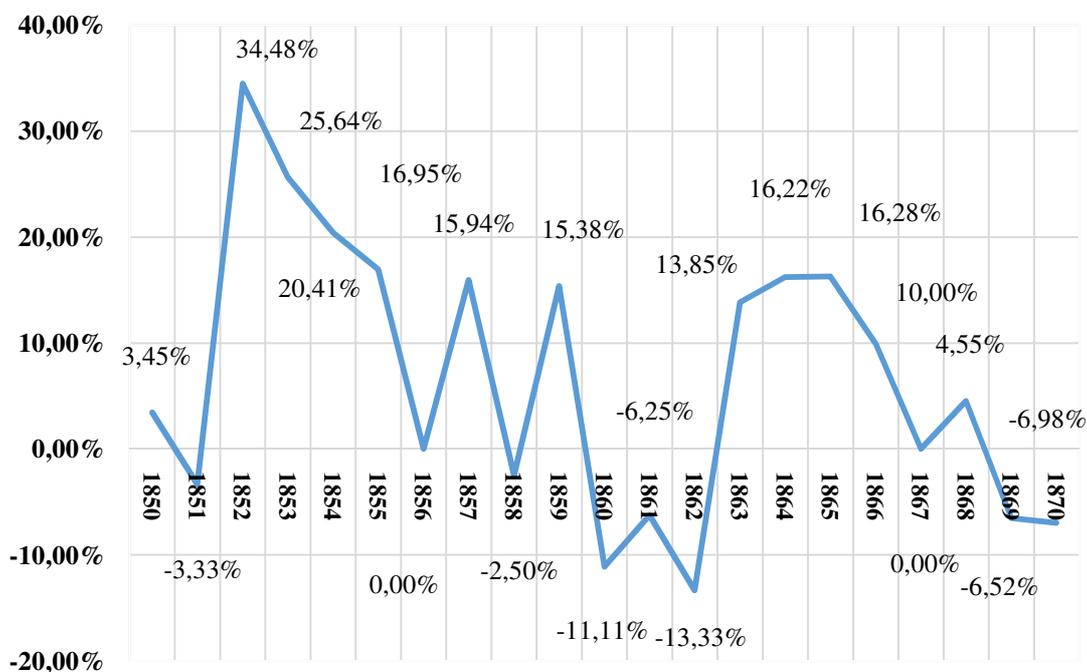
¹⁵ FLORENTINO, Manoel. “Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871”. IN: *Tráfico, cativo e liberdade. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira 2005, p. 335

¹⁶ SOARES, Luiz Carlos. *O "Povo de Cam" na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj - 7 Letras, 2007. p. 124

¹⁷ Senso de 1872. UFMG. (www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72) Site acessado em 29/12/2014 às 14h12min

escravos obstruindo as ruas”. Sabemos que tal queda fora reflexo do fim da importação constante de escravos africanos somada a migração de escravos para abastecer a necessidade de mão-de-obra das lavouras cafeeiras pós-fim do abastecimento externo.

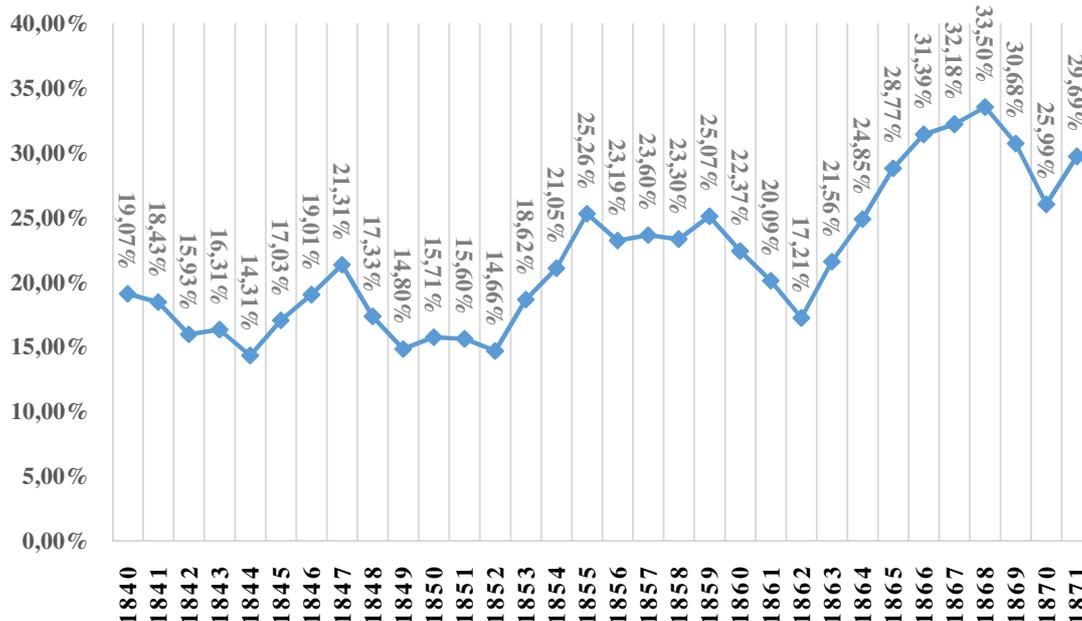
Figura 1 - Crescimento Anual do Custo de Vida no Brasil (1850-1870)



Fonte: Lobo 1977 ARRUMAR

A **Figura 1** nos demonstra a variação do crescimento anual no custo de vida no Brasil e, como podemos notar, desde 1862 há um crescimento constante no custo de vida brasileira. Primeiramente, de 1862 para 1863 um aumento substancial de aproximadamente de 26% e nos seguintes, de 1863 até 1865 aumentos consideráveis em torno de 10 a 15%. Esse período de crescimentos constante de 1862 denotam o momento impróprio para os escravos, uma vez que os custos de sobrevivência aumentavam incessantemente. Tratando do principal custo de sobrevivência, especificamente, o gasto com alimentação pelos escravos alcançam a maior expressão praticamente no mesmo período. A **Figura 2** aponta que a porcentagem da renda do escravo urbano destinada à alimentação, isto é, a sobrevivência nutricional considerando os valores mínimos de dieta, tem um crescimento constante a partir de 1862 até o final da década em 1869. Os anos de 1865 até 1868 mantém uma média de aproximadamente 31% do rendimento total do trabalho dos escravos urbanos.

Figura 2 - O custo da alimentação como porcentagem da renda do escravo



Fonte: VALÊNCIA VILLA, Carlos Eduardo. La producción de lalibertad... p. 218.

As **Figuras 1** e **Figura 2** mostram flutuações nos custos de vida tanto para os escravos quanto para os livres, demonstrando um crescimento considerável no ano da crise do Souto assim como nos anos subsequentes. Isso nos permite inferir um reflexo da crise na estrutura do sistema financeiro da principal praça comercial do Brasil que afetara também os preços do mercado, ocasionando uma repulsa ao investimento por parte dos pequenos agentes.

No que se refere aos efeitos da Crise do Souto no mercado de trabalho, Eulália Lobo aponta que a tendência geral à baixa do poder aquisitivo salarial era reflexo das “*crises inflacionárias de 1857, 1864, 1865-1870 e 1875*”, assim como a liberação dos escravos para a produção cafeeira após o fim do abastecimento externo de escravos africanos em 1850, dessa forma “*deprimindo o salário dos livres*”. A classificação sócio-profissional e o censo de 1872 nos permite supor o tamanho dos efeitos da crise do Souto e também da Guerra do Paraguai (1865-70) no mercado de trabalho oitocentista:

[...] na classificação sócio-profissional de 1870, aproximadamente 1/3 do total era constituído pelos sem profissão definida, vindo em seguida o serviço

doméstico que encobria um desemprego disfarçado. Em 1872 havia 92.106 sem profissão num total de 274.972 e 55.011 pessoas no serviço doméstico.¹⁸

Enquanto que para índices de jornadas mensais, Valência Villa nos aponta um a tendência nos movimentos dos valores dos jornais através dos valores pagos aos senhores pelo aluguel de seus escravos. Segundo tal esforço, tanto o preço nominal quanto o preço real têm uma queda constante nos anos entre 1864-1870.¹⁹ Isso condiz com a análise de Eulália Lobo sobre a queda substancial do poder aquisitivo da população livre carioca nesse mesmo período. Vale ressaltar que no mercado de trabalho carioca de meados do século XIX, a oferta de trabalho não requisitava uma condição específica para seus empregados.²⁰

As dificuldades dos cativos para conseguir juntar dinheiro suficiente para investir nessas casas bancárias nos parece óbvia, principalmente se tratando dos cativos, os quais, além das dificuldades impostas pela conjuntura desfavorável de aumento dos preços, aumento do custo de vida e, portanto, baixa nos valores de suas jornadas mensais, sofriam pela opressão imposta pela sociedade devido à condição escravizada. Portanto, não pretendemos avançar na discussão dessa problemática, mas sim avançar no cerne principal do artigo – a análise dos escravos que perderam seus investimentos com a crise do Souto.

Análise dos falidos na Crise do Souto

A participação de escravos na vida econômica e financeira, especialmente aqueles que viviam no centro urbano do Rio de Janeiro, não é um assunto inédito na historiografia brasileira. Através dessa recente historiografia que trata da autonomia econômica dos escravos, podemos perceber que a racionalidade econômica desses agentes é consciente e conivente com os problemas econômicos. Ao poupar suas economias na Caixa Econômica ou numa casa bancária, de maneira autônoma e própria, os escravos estão conscientes das vantagens que esses estabelecimentos lhes ofereciam. Entretanto, os escravos, assim como a maior parte dos clientes de tais estabelecimentos,

¹⁸Eulália Maria. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.p. 256

¹⁹VALÊNCIA VILLA, Carlos Eduardo. *La Producción de lalibertad: economia de los esclavos manumitidos em Río de Janeiro a mediados del siglo XX*. Instituto Colombiano de Antropología e Historia. Bogotá, 2011. p. 147. Figura 7.3.

²⁰_____. “Circulação monetária e mercado de trabalho no Rio de Janeiro, 1840-1860.” In: *Anais do XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12ª Conferência Internacional de História de Empresas*. Vitória, 2015.p. 12.

não conseguiram acompanhar os movimentos de especulação e as transações econômicas dessas casas bancárias, assim fazendo suas opções de investimentos pelo o que lhes eram oferecidos. Dessa forma, não conseguiram suportar os riscos de investimentos no mercado financeiro, ainda mais num estágio inicial como era o carioca.

O fato é que muitas pessoas investiam suas economias nas diversas casas bancárias do Rio de Janeiro. A crise financeira que se estabelece, inicialmente, na casa A.J. Souto afetará diretamente as demais casas, como já fora explicado anteriormente, levando a falência outras três grandes casas bancárias – Montenegro Lima & Co., Gomes & Filhos e Bello & Oliveira.

O processo de falência dessas casas bancárias será assistido e regulado por um decreto emergencial promulgado no dia 20 de setembro de 1864. No parágrafo inicial de tal decreto, nos é apontado o motivo de tratar tais falências de maneira diferenciada da legislação do código comercial:

Considerando que a falência dos Bancos e casas bancárias, pela multiplicidade de suas transações como povo, pelas suas importantes relações com o Commercio e Agricultura, e pela influencia que póde exercer sobre o credito e ordem publica, não deve ser regulada pela legislação das fallencias ordinarias; Usando da autorização concedida pela Lei nº 799 de 16 de Setembro de 1854, e outrosim Fundado nos imperiosos motivos de força maior que actualmente e na ausencia da Assembléa Geral Legislativa reclamão uma providencia urgente eficaz²¹

No decreto de nº 3.309 de 20 de setembro de 1864 também fica estabelecido a ordem dos clientes que deveriam ser ressarcidos. Segundo o artigo 4º de tal decreto, os credores de “*pequenas quantias*” seriam os primeiros a serem pagos de forma “*integral ou parcialmente segundo a natureza do crédito e o estado da casa fallida*”. Entretanto, a respeito dessa ordem de ressarcimento haviam discordâncias nos artigos do decreto. No artigo 8º, ficava preservado o pagamento, ao afirmar que “*ficção salvos os direitos que competem pelo Codigo Commercial aos credores de dominio pelo Codigo Commercial aos credores de dominio Hypothecarios e privilegiados*”.²²

²¹ Para ter acesso ao decreto na íntegra, ver BRASIL, Decreto de nº 3.309 de 20 de setembro de 1864. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75427>. Acessado em 10/07/2015.

²² Idem. Para uma análise estatística dos diferentes tipos de cliente por classificação feita pelo Código Comercial, seus valores, frequência de contas, assim como os maiores credores presentes em tais casas bancárias, entre outras análises pertinentes, ver VALÊNCIA VILLA, Carlos Eduardo. *Pequenos credores de grandes devedores: Depositantes e credores das casas bancárias cariocas na falência de 1864*. Texto

A contradição é clara ao analisarmos o Código Comercial, o qual afirma em seu artigo 873º do Título IV que os primeiros a serem pagos em caso de falência de uma casa comercial ou financeira seriam os “*credores de domínio*” seguidos pelos “*privilegiados*”, em terceiro lugar os “*hipotecários*” e por último os “*simples*”, no qual fazem parte os investimentos dos escravos. Parece interessante supor que as *pequenas quantias* deveriam ter prioridade dentre de cada uma das quatro categorias dispostos no Código Comercial, entretanto o artigo 880º do Título V do Código Comercial afirmava que dentro de uma mesma categoria, a ordem de pagamento a ser seguida deveria ser a da numeração dos credores.²³

Essa contradição da regulamentação do procedimento de falência nos mostra uma situação ainda mais crítica para os pequenos credores, uma vez que não ficava claro, através do decreto promulgado, a ordem que seriam feitos os pagamentos. Apesar disso, no decreto estabelecido exigia-se a criação e a publicação em diversos periódicos de uma lista com todos os clientes dos estabelecimentos falidos. Essas listagens de clientes são as fontes principais para nossa análise da presença de escravos entre os clientes que tiveram perdas com a crise.²⁴

Antes de entrar na análise da listagem de clientes das casas bancárias falidas, é importante ressaltar que a catalogação ainda se encontra em processo. Dessa forma, nossa análise é feita a partir de uma amostragem de 9.184 contas, sendo que 2.122 contas pertencem a Gomes & Filhos; 2.043 contas a A.J. Souto e, por fim, 5.019 contas a Montenegro Lima & Co., Bello & Oliveira está excluída da amostra desta análise.²⁵

Como mostramos anteriormente, na nossa amostragem, 9.184 contas de clientes das três maiores casas bancárias – A.J Souto, Gomes & Filhos e Montenegro Lima & Co, entraram em falência no ano de 1864. Classificamos os clientes em 3 (três) categorias para nossa análise: *peças jurídicas*, as quais incorporavam bancos, firmas, indústrias, irmandades, associações, entre outras; *escravos*, os quais foram definidos por aqueles

apresentado no 3º Congresso Fluminense de História Econômica realizado na Universidade Federal Fluminense, Abril de 2015.

²³ VALÊNCIA VILLA, Carlos Eduardo. *Pequenos credores de grandes devedores: Depositantes e credores das casas bancárias cariocas na falência de 1864*. Texto apresentado no 3º Congresso Fluminense de História Econômica realizado na Universidade Federal Fluminense, Abril de 2015. P. 5.

²⁴ Essa análise só foi possível graças a disponibilização do banco de dados pelo prof. Dr. Carlos Eduardo Valência Villa, que coordenou o Laboratório de Pesquisa e Documentação em História Econômica (LAPHEDE) da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes para a catalogação dessas listagens. Esse banco de dados foi criado a partir de um exaustivo esforço de catalogação pelos estudantes: Mylena Porto, Rafael Rento, Guilherme Villela, Felipe Corvino e Ilana Vaz, todos membros do LAPHEDE.

²⁵ Esse número de contas de clientes representa na totalidade dispostas nos periódicos: 23,1% para Gomes & Filhos; 22,2% para A.J. Souto e 54,7% para Montenegro Lima & Co.

que possuíssem apenas o primeiro nome, uma vez que a última categoria *os livres*, a grande maioria dessa composição, tinham seus nomes completos declarados. Aparentemente essa metodologia de definir os indivíduos escravos pode parecer uma suposição, mas não fazia sentido uma publicação no jornal tentar alcançar o cliente credor expondo apenas seu primeiro, a menos que o mesmo seja um escravo, que normalmente não adotavam sobrenomes enquanto cativos.

Tabela 1 - Composição dos tipos clientes

	A.J.Souto	%	Gomes & Filhos	%	Montenegro Lima & Co.	%
Jurídicas	145	7,10%	13	0,61%	102	2,03%
Escravos	85	4,16%	42	1,98%	132	2,63%
Livres	1813	88,74%	2067	97,41%	4785	95,34%
Total	2043	100,00%	2122	100,00%	5019	100,00%

Fonte: Base de dados criada pelo LAPHEDE através das publicações diárias no *Jornal do Commercio* entre os dias 28/10/1864 a 14/11/1864. *Jornal do Commercio* encontra-se disponível para consulta no banco de impressos - Hemeroteca Digital do site da Biblioteca Nacional - <http://hemerotecadigital.bn.br/>.²⁶

Na **Tabela 1** podemos verificar a participação de cada tipo de cliente nas listas e suas respectivas porcentagens em relação ao total de cada casa bancária. As informações apresentadas na tabela acima não nos permitem inferir muito, somente que havia participação de escravos como clientes no momento de falência desses três estabelecimentos. O total de 259 escravos nas três casas bancárias correspondia a 0,52% do total de escravos residentes no município neutro em 1872.²⁷ A priori esses percentuais parecem representar um número muito pequeno de participação de escravos como também de livres, entretanto devemos ressaltar que esses percentuais representam apenas uma amostra das contas nas três casas bancárias na praça comercial do Rio de Janeiro, onde inúmeras outras coexistiam e, no momento que se apresenta tais dados, tomavam decisões para que os abalos da crise fossem menos sentidos.

Ademais, investir nas casas bancárias era uma das alternativas de economia que cativos e livres tinham de acumular e fazer render, para assim conseguir conquistar seus objetivos econômicos: seja a compra de escravos por parte dos livres ou a compra da alforria por parte dos cativos, de qualquer modo, esses objetivos estavam ligados ao mercado de trabalho e dependiam de uma acumulação, sendo assim, as casas bancárias e as caixas econômicas serviriam para tal propósito.

²⁶ Adiante, trataremos a referência do banco de dados do LAPHEDE como “LAPHEDE1864”

²⁷ Tomando o censo de 1872 como parâmetro da população por ser o mais próximo, pois não há nenhum levantamento para o ano de 1864.

Desta forma, no que nos concerne, é bastante razoável considerar significativo o número de 259 escravos ou 0,52% da população escrava como clientes dessa pequena amostragem, principalmente se retomarmos as dificuldades impostas aos cativos para obterem liquidez necessária para tais investimentos. Enquanto que se verificarmos por casa bancária, poderemos ver a composição de 4,16% do total de clientes como escravos na A.J. Souto considerada a maior casa bancária da época ao ponto de sua falência iniciar a bancarrota de várias outras.

No que se refere aos valores totais das contas, a soma do montante envolvido por todos os clientes da amostra alcança a soma de 42.138:217\$473 réis, no qual 48,93% representava os valores de conta de clientes *livres*, 50,83% de contas de *peessoas jurídicas* e 0,24% de contas de *escravos*. Ao relacionarmos a **Tabela 1**, podemos perceber uma concentração do montante investido nessas casas bancárias nas mãos de poucas pessoas jurídicas, entretanto era de suma importância a participação das pessoas físicas, as quais acumulavam quase a mesma importância no valor, entretanto com um número bem superior de contas. Com a catalogação das listas completas, é provável que o percentual relativo de pessoas físicas seja bem maior, uma vez que a catalogação das mesmas partiu da ordem decrescente dos valores.

Em termos específicos, se tomarmos apenas os três clientes com maiores valores – *Banco Rural e Hipotecario* (A.J.Souto) e *Banco do Brasil* (Gomes & Filhos e Montenegro Lima & Co.) de cada casa bancária alcançamos a soma total de 11.201:843\$692 réis ou 26,58% do valor total. Em vista disso, percebemos que para analisar a participação dos escravos de maneira mais qualificada é necessário retirar da amostra esses valores das pessoas jurídicas, uma vez que não compete à análise relativa entre os investimentos dos escravos com os investimentos de pessoas jurídicas.

Como pode ser visto na **Tabela 2**, mesmo retirando da lista todas as pessoas jurídicas, temos um grande montante acumulado em poucos depósitos, como por exemplo o *Visconde de Ypanema*, o qual possuía investido na Gomes & Filhos o valor de 918:157\$110 réis, equivalente a aproximadamente 25% do total de todos os depósitos entre pessoas físicas em tal estabelecimento e 8,57% do total geral, incluindo as pessoas jurídicas. Isto é, o *Visconde de Ypanema* movimentava uma quantidade de capitais equivalentes às empresas jurídicas, portanto esse valor e também os maiores depósitos de pessoas físicas das outras casas bancárias demonstram uma grande capacidade de concentração de capitais nas mãos de poucos agentes econômicos. Ademais, verifica-se que esses valores estão extremamente acima da média geral, entre

1,4 a 5,3 contos de réis aproximadamente, e se tornam ainda mais evidentes ao atentarmos à média dos *10% maiores valores* alcançando valores entre 16 a 48 contos de réis aproximadamente.

Tabela 2 - Índices de valores dos clientes (somente pessoas físicas)

	A.J. Souto	Gomes & Filhos	Montenegro Lima &Co.
Cientes	1.898	2.109	4.917
Soma total (réis)	10.084:797\$080	3.618:575\$436	7.016:075\$221
Média	5:313\$380	1:715\$777	1:426\$901
Mediana	455\$200	327\$100	486\$800
Moda	100\$000	100\$000	1:007\$760
IMaior Perda	<i>Guilherme Braun</i> 344:102\$950 (3,32%)	<i>Visconde de Ypanema</i> 918:157\$110 (25,39%)	<i>José Maria Pinto Guerra</i> 85:517\$262 (1,26%)
Menor Perda	<i>José Luiz Figueira</i> 4\$200 (0,000041%)	"18490A" 10\$140 (0,00028%)	<i>José Ayro? De Oliveira</i> 5\$030 (0,00007%)
10% Maiores Valores Soma	7.710:199\$455 (76,45%)	2.683:226\$954 (74,15%)	4.394:983\$600 (62,64%)
10% Maiores Valores Média	40:794\$706	12:777\$271	8:951\$086
10% Menores Valores Soma	16:627\$120 (0,16%)	16:944\$586 (0,47%)	48:711\$378 (0,69%)
10% Menores Valores Média	87\$974	80\$688	99\$208

Os valores das medianas, isto é, os valores dos depósitos que se localizam exatamente no centro da distribuição dos dados ordenados de maneira decrescente, são ainda mais significativos para demonstrarmos essa concentração dos investimentos nas mãos de poucos. Ora, tomamos o valor da *média* em relação ao valor da *mediana*, por exemplo: a *mediana* da A.J. Souto é de 455\$200 réis, enquanto que a *média* do mesmo estabelecimento alcançava o valor de 5:313\$380 réis. Dessa maneira, denota-se que a *mediana* representava apenas 8,56% da *média*, ou seja, 11 vezes menor que a *média*. Tal assimetria nos permite concluir que, para as casas bancárias, alguns clientes, como o *Visconde de Ypanema*, eram mais ou tão significativos quanto aos bancos, companhias, firmas, entre outras pessoas jurídicas.

Os dados dos clientes escravos, expostos na **Tabela 3**, nos permite elucidar alguns aspectos na análise da participação dos mesmos nas casas bancárias em 1864. A soma total dos valores investidos pelos escravos – 99:838\$757 réis - representa uma pequena participação em relação ao valor total das pessoas físicas – apenas 0,48%. Essa relação é óbvia pela diferença da quantidade de clientes escravos e não-escravos, assim

como a comparação com grandes investidores, como o *Visconde de Ypanema* citado anteriormente.

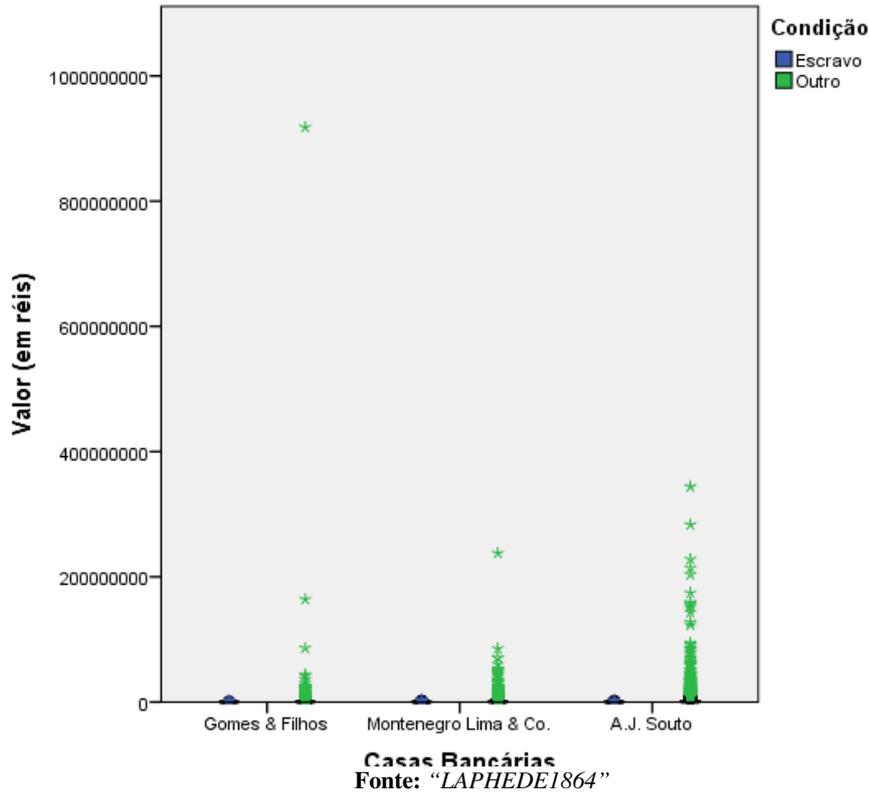
Tabela 3 – Dados dos escravos nas casas bancárias

	A. J. Souto	Gomes & Filhos	Montenegro Lima & Co.
Nº de Escravo	85	42	132
Soma total (em réis)	25:864\$800	12:466\$800	61:507\$157
Média	304\$291	296\$828	465\$963
Mediana	202\$400	150\$000	247\$160
Moda	100\$000	100\$000	101\$210
Maior Perda	José Diogo 3:423\$800 (13,23%)	Antonio Joaquim 2:850\$000 (22,86%)	LucreciaEmilia 3:939\$145 (6,4%)
Menor Perda	Lourenço 20\$000 (0,07%)	Adão 34\$320 (0,27%)	Claro 70\$260 (0,11%)
10% Maior Soma	8:685\$700	6:218\$020	26:134\$410
10% Maior Média	1:085\$712	1:554\$505	2:010\$339
10% Menor Soma	649\$600	187\$320	1:265\$840
10% Menor Média	81\$200	46\$830	97\$372

Fonte: “LAPHEDE1864”

Entretanto, outros dados são mais interessantes, como por exemplo as *medianas dos escravos* que equivalem a aproximadamente a metade das *medianas* apresentada na **Tabela 2** que incorpora todas as pessoas livres. Isso significa dizer que aproximadamente *a metade inferior dos depósitos dos escravos* se encontram no *primeiro quartil inferior da amostra com todas as pessoas jurídicas*. Enquanto que a relação entre a *média dos escravos* e a *média de todas as pessoas físicas* não nos permite nenhuma análise, uma vez que a *média de todas as pessoas físicas* incorporam valores discrepantes, assim deturpando e impossibilitando a análise dos valores dos escravos, como podemos ver através da **Figura 3**.

Figura 3 - Valor em conta dos clientes e suas condições



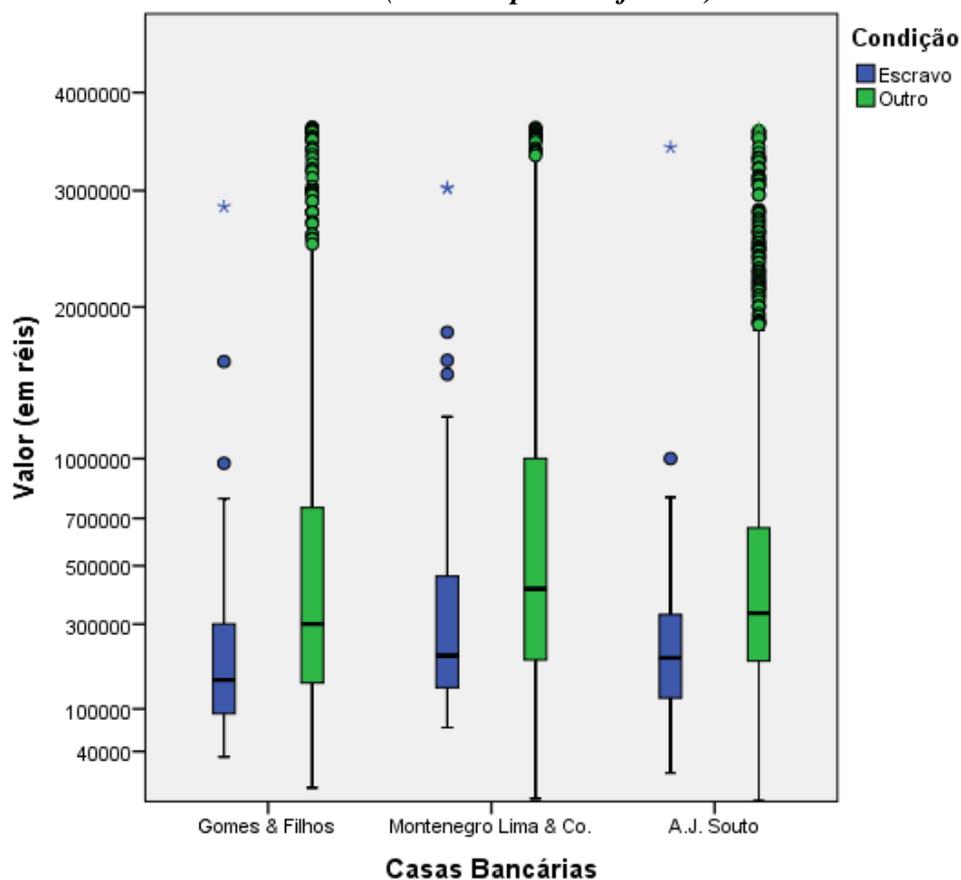
Destarte, a **Figura 3** permite-nos uma melhor visualização dessa discrepância que os valores de alguns clientes atingiam em relação aos demais. Destacam-se no gráfico os valores superiores a 10:000\$000 réis, enquanto que uma grande *massa verde* indistinta representa os demais valores das *pessoas livres* agrupados. O gráfico anterior não nos permite visualizar a distribuição dos escravos entre as *pessoas físicas*, uma vez que algumas delas arrastam o valor máximo para níveis bem superiores àqueles dos escravos, como o valor de quase 1.000contos de réis do *Visconde de Ypanema*. Para essa tarefa, retiraremos da composição das pessoas físicas, 10% dos maiores valores das contas de clientes, ou seja, os 892 maiores valores.

Assim obtemos a **Figura 4** formada sem os 10% dos maiores valores no conjunto das três casas bancárias, o gráfico de caixa acima apresenta os *boxplots*²⁸, isto é, os retângulos verticais em azul e verde. Por sua vez, esses *boxplots* representam a diferença entre o 3º Quartil e o 1º Quartil e são delimitadas da seguinte maneira: a linha inferior (LI) representa o menor valor do 1º Quartil, enquanto a linha superior (LS) do *boxplot* demonstra o valor máximo do 4º Quartil. Os *boxplots* são colocados lado a lado

²⁸ Para compreender os cálculos que formam esse tipo de gráfico *boxplots*, ver FARIAS, Ana Maria Lima de. *O boxplot*. Disponível em < <http://www.uff.br/cdme/conheceboxplot/conheceboxplot.html/boxplot.pdf>>. Acessado em 13/08/2015.

para se comparar a variabilidade e as medianas (representadas por uma linha dentro dos *boxplots*) entre eles. Dessa forma, o início da caixa é marcado pelo fim do 1º Quartil e, portanto, início do 2º Quartil. Por sua vez, o fim do 2º Quartil marca valor da mediana do conjunto analisado, a qual é representada por uma linha em negrito e o início do 3º Quartil. Por sua vez, esse 3º Quartil, como dissemos anteriormente, termina com o fim dos *boxplots*. Do final dos *boxplots* segue uma linha que representa o último e 4º Quartil. Por fim, os pontos acima do fim do 4º Quartil são pontos discrepantes da análise, comumente chamados de *valores extremos* ou *atípicos*, os quais são expostos fora dos *boxplots* para uma melhor compreensão.

Figura 4 - Valor em conta dos clientes e suas condições sem 10% dos maiores valores (somente pessoas físicas)



Fonte: "LAPHEDE1864"

Dessa forma, a **Figura 4** nos permite comparar as *medianas* entre os clientes escravos e não escravos de uma maneira mais nítida, assim como a análise das disposições dos clientes em cada quartis. É possível verificar alguns clientes escravos (pontos azuis) estão acima de 1:000\$000 réis, ou seja, acima da *mediana* geral

informada pela **Tabela 3**. Alguns clientes escravos se destacam alcançando valores investidos próximos a 4 contos de réis, como o caso da escrava *LucreciaEmilia* com o valor investido de 3:939\$145 réis, o que nos permite indagar sobre os objetivos econômicos desses escravos, uma vez que esses valores alcançam a média do preço das alforrias para o ano de 1864 (1:140\$518 réis)²⁹, o que questiona a ideia generalizada de que a compra da alforria é o principal objetivo econômica dos escravos brasileiros.

A disposição dos escravos ao longo dos quartis pode ser verificada na **Tabela 4**, onde dos 259 escravos clientes nas três casas bancárias, temos 22,39% dos clientes escravos acima da *mediana* ou nos 3º e 4 quartis. Ora, 58 escravos possuíam contas com valores superiores a aproximadamente 300\$000 réis, uma quantia significativa para um agente econômico escravizado, a qual poderia significar anos de acúmulo e, num dia fatídico como o de 10 de setembro de 1864, perde-la.

Tabela 4 – Participação dos clientes escravos entre as pessoas físicas por quartil (sem 10% dos maiores valores)

Nº de Escravos por Quartis	A.J. Souto	Gomes & Filhos	Montenegro Lima & Co.
1º Quartil (0%~25%)	34	21	76
2º Quartil (25%~50%)	28	11	31
3º Quartil (50%~75%)	15	6	15
4º Quartil (75%~100%)	8	4	10
Total	85	42	132

Fonte: "LAPHEDE1864"

Portanto, os escravos clientes das casas bancárias estavam dispostos em todos os níveis entre os demais clientes (obviamente considerando a amostra feita na **Figura 4**). Mesmo que seus montantes não representem grandes percentuais do passivo das casas bancárias, consideramos a presença e participação dos escravos significativa, uma vez que representavam uma transformação nas relações escravo/senhor como também as relações de trabalho na sociedade urbana oitocentista.

Considerações Finais

Intentamos demonstrar que o trabalho escravo urbano, especificamente aqueles que permitiam um maior grau de autonomia ao escravo, faz parte de uma rede complexa

²⁹ VALÊNCIA VILLA, *Op.cit* p. 25.

de relações de trabalho/oportunidade e suas transformações em decorrência das grandes mudanças ocorridas em alto níveis (macroeconomia, reformas políticas, influências externas, e etc).

Os escravos urbanos, assim como todos os indivíduos ativamente econômicos, possuíam acesso aos estabelecimentos financeiros a partir do momento que acumulassem quantias suficientes, ponto que já está avançado na historiografia da escravidão brasileira. Suas opções, estratégias e objetivos econômicos, assim como os demais segmentos da população carioca dependiam de variáveis econômicas, como demonstramos com o aumento dos preços e a queda dos valores dos jornais influenciados pela conjuntura desfavorável de crises constantes no final de década de 1850 e ao longo da década de 1860.

Destarte, escravos buscaram investir suas economias nas casas bancárias, estabelecimentos que proliferavam no Rio de Janeiro, principalmente após o ano de 1850 e se inseriram no contexto dos clientes que tiveram suas perdas na bancarrota das principais casas bancárias em 1864. Algumas dessas contas de escravos tinham valores superiores à média de preços de alforrias no ano de 1864, o que nos permitiu questionar os objetivos econômicos cristalizados na historiografia da escravidão. Com certeza, a perda dessas quantias impactara substancialmente esses indivíduos escravizados, obrigando-os a pensarem estratégias para lidarem com tamanho prejuízo.

Ainda assim, quando a conjuntura econômica se torna menos hostil, veremos um retorno significativo de investimentos escravos, principalmente com a atuação da *Caixa Econômica da Corte*, a qual só permitir acesso aos escravos a partir da promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871, recebendo depósitos em todo território nacional. Entretanto, esse é um tema para outra discussão.

Referências Bibliográficas:

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Pedir e emprestar: o mercado do crédito em uma comunidade cafeeira*. Cedeplar-UFMG. XIV Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina, 2010. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A067.pdf. Acessado em 01/07/2015.

BRASIL, *Lei nº 1.083 de 22 de agosto de 1860*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM1083.htm. Acessado em 01/07/2015.

_____. *Decreto de nº 3.309 de 20 de setembro de 1864*. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75427>. Acessado em 10/07/2015.

_____. *Senso de 1872*. UFMG. Disponível em www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72. Acessado em 29/12/2014 às 14h12min.

GAMBI, Tiago. “Projetos Políticos e Crises Econômicas: Análise do Caso do Banco do Brasil na Crise Bancária de 1864.” In: *VI Encontro de Pós-Graduação Em História Econômica*. São Paulo, 2012. Disponível em http://cihe.fflch.usp.br/sites/cihe.fflch.usp.br/files/Thiago%20Gambi_0.pdf.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial: os casos da Sociedade Bancária Mauá, Macgregor & Co. (1854-1866) e da Firma Inglesa Samuel Phillips & Co. (1808-1840)*. São Paulo: Alameda, 2012. P. 197. BRASIL, Lei nº 1.083 de 22 de agosto de 1860. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM1083.htm. Acessado em 01/07/2015.

LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro.

LOBO, Roberto Haddock. *Reflexões acerca da mortalidade da cidade do Rio de Janeiro em todo o ano de 1847*. Rio de Janeiro, Typ. Imp. 1848.

FARIAS, Ana Maria Lima de. *O boxplot*. Disponível em <http://www.uff.br/cdme/conheceboxplot/conheceboxplot-html/boxplot.pdf>. Acessado em 13/08/2015.

FLORENTINO, Manolo. “Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871”. IN: *Tráfico, cativo e liberdade. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira 2005.

SAÉZ, Hernán. “O 11 de Setembro de 1864 da Praça Carioca: a Crise do Souto e a transformação da Política Econômica Brasileira.” In: *Anais Do XXX Encontro Da APHES*. 2010. Lisboa. Disponível em <http://www.iseg.utl.pt/aphes30/docs/progdocs/HERNAN%20SAEZ.pdf>.

SOARES, Luiz Carlos. *O "Povo de Cam" na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj - 7 Letras, 2007.

SOUZA, Silvia Cristina Martins de. 2014. “Crise! Crise! Crise! A Quebra da Casa Souto nas Letras de Lundus Compostos no Rio de Janeiro na Segunda Metade do Século XIX.” *Topoi - Revista de História* 15 (29): 588–611. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X015029008>.

VALÊNCIA VILLA, Carlos Eduardo. *La Producción de lalibertad: economia de los esclavos manumitidos em Río de Janeiro a mediados del siglo XX*. Instituto Colombiano de Antropología e Historia. Bogotá, 2011.

_____. *Pequenos credores de grandes devedores: Depositantes e credores das casas bancárias cariocas na falência de 1864*. Texto apresentado no 3º Congresso Fluminense de História Econômica realizado na Universidade Federal Fluminense, Abril de 2015.

_____. “Circulação monetária e mercado de trabalho no Rio de Janeiro, 1840-1860.”
In: *Anais do XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12ª Conferência Internacional de História de Empresas*. Vitória, 2015.

VILLELLA, André. “Tempos Difíceis: Reações às Crises de 1857 e 1864 No Brasil.” In
Anais Do III Congresso Brasileiro de História Econômica. 1999. Rio de Janeiro: FGV.
Disponível em <http://www.abphe.org.br/congresso1999/Textos/ANDRE.pdf>.